

ATIVIDADES DE EXTENSÃO CURRICULARIZADA NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DE GURUPI-TO: EDUCAÇÃO SOCIAL A PARTIR DAS IDEIAS DE PAULO FREIRE

CURRICULAR EXTENSION ACTIVITIES IN THE SOCIO-EDUCATIONAL SYSTEM OF GURUPI-TO: SOCIAL EDUCATION BASED ON THE IDEAS OF PAULO FREIRE

Jussara Resende Costa Santos **1**

Rafael Silva Oliveira **2**

Edna Maria Cruz Pinho **3**

Resumo: Este artigo é resultado de trabalhos realizados em uma extensão curricularizada desenvolvida pelas licenciaturas em Pedagogia e Letras da Universidade de Gurupi – UnirG com parceria com o Sistema Socioeducativo - Unidade Semiliberdade no município de Gurupi - TO. Trata-se de uma proposta interdisciplinar na área da Educação Social com o objetivo de promover uma educação holística para os jovens em situação de semiliberdade. Essa iniciativa visava integrar saberes pedagógicos com práticas sociais voltadas para a ressocialização e reinserção desses adolescentes na sociedade. Nesse sentido, este trabalho discute os desafios e as potencialidades dessa experiência, destacando a importância da colaboração entre instituições de ensino superior e órgãos governamentais na promoção de uma educação inclusiva e transformadora. A partir dos diagnósticos e dados coletados, o objetivo é que os cursos da UnirG realizem atividades extensionistas para contribuir com a construção de uma sociedade justa e democrática. As atividades, de natureza qualitativa, exploratória e descritiva, envolvem os adolescentes da Unidade Semiliberdade e evidenciam a relevância do projeto para a cidadania, enquanto os acadêmicos estudam e vivenciam realidades educativas que propiciam uma educação libertadora e crítica fundamentada nos pressupostos de Paulo Freire.

Palavras-chave: Extensão Curricularizada. Educação Social. Cidadania. Sistema Socioeducativo. Educação Libertadora.

Abstract: This article is the result of work carried out in a curriculum-integrated extension developed by the Pedagogy and Literature degrees at the University of Gurupi - UnirG in partnership with the Socioeducational System - Semiliberdade Unit in the municipality of Gurupi-TO. It is an interdisciplinary proposal in the field of Social Education aimed at promoting a holistic education for young people in semiliberdade. This initiative aimed to integrate pedagogical knowledge with social practices aimed at the resocialization and reintegration of these teenagers into society. In this sense, this work discusses the challenges and potentialities of this experience, highlighting the importance of collaboration between higher education institutions and governmental bodies in promoting an inclusive and transformative education. Based on the diagnoses and data collected, the objective is for UnirG courses to carry out extension activities to contribute to the construction of a just and democratic society. The activities, of a qualitative, exploratory, and descriptive nature, involve adolescents from the Semiliberdade Unit and demonstrate the relevance of the project to citizenship, while academics study and experience educational realities that provide a liberating and critical education based on Paulo Freire assumptions.

Keywords: Curricularized Extension. Social Education. Citizenship. Socioeducational System. Liberating Education.

- 1** Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB) e graduada em Pedagogia pela Faculdade do Noroeste de Minas (FINOM). É professora na Universidade de Gurupi (UnirG). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5190224621799700>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3497-2604>. E-mail: jussara@unirg.edu.br.
- 2** Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), Especialista em Ensino de Filosofia pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) e graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). É professor na Universidade de Gurupi – UnirG. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0014692717408601>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9336-2785>. E-mail: rafaelsoliveira@unirg.edu.br.
- 3** Mestre em Educação pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), Especialista em Orientação Educacional pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). É professora na Universidade de Gurupi – UnirG e no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - Campus Gurupi (IFTO). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1618919058112484>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1495-7922>. E-mail: ednapinho@unirg.edu.br.

Introdução

O presente artigo aborda a experiência de implementação de uma extensão curricular, na área da Educação Social, com foco no Sistema Socioeducativo - Unidade Semiliberdade em Gurupi, Tocantins. Trata-se de uma proposta interdisciplinar que envolve docentes de áreas diversas em diálogo. A partir de diagnósticos e dados coletados no ambiente do público-alvo, o objetivo foi integrar saberes pedagógicos com práticas sociais voltadas para a ressocialização e reinserção desses adolescentes na sociedade. As atividades de extensão curricularizada foram realizadas nos cursos de Pedagogia e Letras da Universidade de Gurupi - UnirG. Essa iniciativa visa cumprir os valores institucionais e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, bem como para a defesa da qualidade de vida.

Parte superior do formulário

A Educação é um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal de 1988. O artigo 6º estabelece que a educação é um dos direitos sociais, ao lado de saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e assistência aos desamparados. No Título da Ordem Social, nos artigos 205 a 214, a Constituição enfatiza que é dever do Estado e da família promover e incentivar a educação, com o objetivo de desenvolver a pessoa para o exercício da cidadania e para a qualificação no trabalho. A Constituição também preconiza o respeito e a proteção à criança e ao adolescente, adotando a Doutrina da Proteção Integral. Isso significa que o Estado, a família e a sociedade têm a responsabilidade de assegurar condições especiais de desenvolvimento para esses indivíduos, garantindo-lhes proteção integral.

Nesse sentido, a educação pode ser declarada como um ato social, em uma compreensão de que a ação de educar emerge da sociedade, por ela é legitimada e para ela é direcionada. Entretanto, muitos questionamentos são incitados a partir dessas afirmações, os quais podem se voltar para o papel da escola e da própria educação escolar, haja vista que, não incomum, este tipo de educação acentua as desigualdades sociais. São várias as razões para a educação escolar caminhar para um cenário de exclusão, tais como: distribuição de renda, habitação, falta de acesso à cultura, educação, lazer etc., ou seja, basta olhar atentamente para as construções históricas e socioculturais. No entanto, a perspectiva que se defende nestas linhas é de que toda educação pode ser social e inclusiva (GADOTTI, 2012; PASSONE, 2017), à medida que é pensada, direcionada e executada para a formação cidadã.

Julgou-se, neste contexto, fundamental ampliar nossa compreensão da educação considerando as contribuições de Paulo Freire (2001a; 2001b; 1999; 1978). Afinal, para ele a educação é um processo de conscientização que capacita homens e mulheres a se tornarem sujeitos de sua própria história, permitindo-lhes a reinvenção de si mesmos e de suas realidades. Ele destaca a importância do diálogo como uma prática educativa fundamental, na qual o conhecimento é construído de forma colaborativa, a partir da realidade e do cotidiano dos educandos. Ao situar a leitura e a escrita em um contexto social e promover a reflexão crítica sobre essa realidade, a educação segundo Freire visa não apenas à aquisição de habilidades cognitivas, mas também à transformação social. Trata-se de um processo que empodera os educandos, capacitando-os a participar ativamente na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Entende-se, portanto, que a Educação Social se configura também como é uma forma de intervenção social, na qual se trabalha através de ações, as quais têm como propósito intervir e colaborar com o bem-estar e qualidade de vida de pessoas vulneráveis, como crianças, jovens, adultos, moradores de rua, usuários de droga, idosos entre outros. A Educação Social trabalha tentando minimizar ou até mesmo erradicar alguns problemas sociais existentes na sociedade.

Buscou-se mapear o atendimento e as necessidades educativas na instituição e articular ações educativas com os cursos de formação de professores da Universidade de Gurupi- UnirG. Por meio deste trabalho foi possível refletir sobre o quanto é fundamental oferecer a todos uma qualidade de vida, na qual se preserve direitos e deveres. O projeto justificou-se, assim, nos seguintes âmbitos: No âmbito social, o projeto é relevante por procurar reforçar a importância

da Educação Social, bem como suscitar um novo debate em torno de sua aplicação em contextos não formais. Podendo colaborar para novos projetos e ações a serem desenvolvidas nos espaços onde a pesquisa está sendo realizada, inclusive dos cursos de formação de professores da UnirG. No âmbito institucional, acredita-se que concederá um novo olhar e novos posicionamentos que podem ser tomados nos espaços para contribuir com o trabalho desenvolvido favorecendo as adolescentes e todos os funcionários das instituições pesquisadas. No âmbito acadêmico este estudo poderá colaborar para novos trabalhos embasados nesse mesmo tema, os quais podem aprofundar também em lacunas e buscar novos saberes oportunizando também um olhar mais humano, crítico e até mesmo transformador dos estudiosos.

É importante destacar que o projeto foi aprovado pela Universidade de Gurupi- UnirG, por meio de edital de apoio institucional a curricularização da extensão - 001/ 2022-2023 – PROECAE/ UnirG e está amparado nos termos do Acordo de Cooperação Técnica nº 15/2022 celebrados entre a Universidade de Gurupi e a Secretaria da Cidadania e Justiça – Unidade Penal de Gurupi. Nesse sentido para o presente artigo apresentar-se-á dados parciais do contexto do socioeducativo em Gurupi - TO e das atividades já realizadas de 2022 a 2023, à luz da educação social e dos referenciais de educação pautados nas ideias freirianias.

Metodologia e discussões

As atividades teóricas e práticas se orientam metodologicamente como um qualitativas, exploratórias e descritivas. Elas envolveram adolescentes do Sistema Socioeducativo - Unidade Semiliberdade em Gurupi e estudantes e professores de cursos de licenciatura da UnirG. O planejamento das atividades teve como base a análise do Projeto Político Pedagógico e este trabalho apresentará tanto o documento analisado quanto as atividades desenvolvidas.

Parte superior do formulário

Além disso, para o planejamento, foram empregados procedimentos de revisão narrativa (RN). Para embasar teoricamente a pesquisa e selecionar os artigos para análise, foram consultadas bases de dados científicas, incluindo o Portal de Periódicos da CAPES, a Plataforma Educ@, a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Na revisão da literatura, buscou-se por estudos relevantes sobre o tema publicados no período de 2019 a 2023.

Os dados foram analisados qualitativamente, obedecendo aos critérios da análise de conteúdo de categorias. Encontrou-se vinte e cinco (25) pesquisas. De acordo com o interesse desta excluiu-se dezenove (19) e analisou-se seis (6) pesquisas. A maioria não retratava a Educação Social no Tocantins, mas em âmbito geral. A pesquisa delimitou-se na Educação Social no Tocantins com foco em Sistema ou Unidades socioeducativas. Foram inseridas as palavras chave para a pesquisa: I- Educação Social, II- Educadores Sociais, III- Socioeducativo, IV- Ressocialização. Segue abaixo a caracterização das pesquisas: Neto (2023) analisou o Relatório Estatístico do Sistema Socioeducativo (TOCANTINS, 2020) e os documentos da Jornada Pedagógica Diária, que demonstram o fluxo de atendimento do Centro de Atendimento Socioeducativo de Palmas – TO (CASE) nos anos 2020 e 2021, utilizando como metodologia uma pesquisa é quali-quantitativa, de dimensão analítico-descritiva e natureza aplicada, objetivando traçar o perfil do adolescente em cumprimento da medida socioeducativa de internação e os tipos de atendimentos ofertados na unidade, no sentido de evidenciar a efetividade da proteção integral naquela unidade socioeducativa. A pesquisa conclui que o perfil dos adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de internação é marcado pelas vulnerabilidades e desigualdades sociais caracterizadas pelo seu contexto social. No que se refere aos atendimentos, apesar dos avanços dos últimos anos, após a composição do quadro efetivo de profissionais, foram demonstradas dificuldades para a realização de atendimentos importantes, sobretudo, no que diz respeito ao atendimento odontológico, atividade física, assistência religiosa, profissionalização e comunicação com a família. Desse modo, destaca-se que a execução da medida socioeducativa de internação, além dos recursos humanos especializados, depende de estruturas materiais e físicas para ocorrer, o que vai de encontro com a atual realidade estrutural do Centro de Atendimento Socioeducativo de Palmas (CASE), contrariando a proteção integral.

Viana (2023) avaliou a política de formação continuada em meios institucionais executada

durante o período pandêmico nos centros de referência especializado de Assistência Social da Comarca de Porto Nacional, Tocantins. A pesquisa baseada no método da avaliação participativa de políticas públicas, foi aplicado, como instrumento da recolha sistemática dos dados, um questionário estruturado com equipes de referência e técnicas (os) da Proteção Especial que atuam na Comarca de Porto Nacional, Tocantins. O estudo jogou luz sobre os perfis profissionais que atuam naquele contexto e sobre as suas opções por capacitações/formações, dando destaque para as dificuldades técnicas de consecução de medidas de qualificação profissional dentro das instituições; realidade que acaba criando óbices ao adequado cumprimento das medidas socioeducativas.

Pinheiro (2021) identificou a garantia e efetivação dos direitos e deveres da família dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação mediante os parâmetros do SINASE. A amostra dos participantes da pesquisa foi construída a partir dos seguintes critérios: famílias que participam da construção do Plano Individual de Atendimento (PIA) e pelo menos uma família que não participa dessa construção do PIA, totalizando 3 (três) famílias. A escolha dos participantes que envolveram o universo da pesquisa constituiu-se dos membros familiares dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação, no Centro de Atendimento Socioeducativo do Estado do Tocantins (CASE). Para a coleta de dados, utilizou-se a história oral com as famílias desses jovens referenciados como autores de ato infracional, com o intuito de conhecer as experiências e memórias dos indivíduos, como essas lembranças impactam na vida dos sujeitos, além de conhecermos o atendimento e a participação dos membros familiares durante a execução da medida de internação. A pesquisa resultou no entendimento de que a inconstância ou o não atendimento – realidade do CASE –, além de privar do convívio familiar os sentenciados como autores de atos infracionais, torna alheia a situação dos adolescentes aos familiares, que são personagens importantes e imprescindíveis para a vida e a representação dos sujeitos, mais ainda pelas circunstâncias vivenciadas. Ao não absorverem orientações da política pública que preconiza a natureza pedagógica apoiada nos direitos humanos, acabam por reproduzir a culpabilização dos sujeitos, com intuito meramente punitivo.

Araújo (2020) analisou a trajetória da política educacional no sistema prisional tocantinense. A pesquisa foi qualitativa, porém, foi utilizado alguns dados quantitativos estabelecidos por indicadores sociais do perfil de encarceramento para os sujeitos da pesquisa (homens e mulheres encarcerados) do painel interativo do DEPEN/INFOPEN, a pesquisa bibliográfica de autores e pesquisadores da tradição marxista, a fim de desvelar as categorias que referendassem o nosso objeto em questão. Demonstraram os resultados da investigação, com os avanços e retrocessos da Educação em prisões no Estado do Tocantins, suas relações com projetos sociais de laborterapia, sua estrutura física e apontamentos para a busca da educação emancipadora para as classes subalternas privadas de liberdade, todavia, apontamos que na sociedade capitalista a educação pode ter a função de mediadora das reproduções sociais direcionada para o trabalho ou para uma nova sociabilidade que vislumbre a educação para além do capital.

Faria (2019) analisou o contexto do sistema socioeducativo, levando em consideração o papel do ASS e os aspectos pedagógicos das medidas socioeducativas. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, dos últimos dez anos, disponíveis gratuitamente em formato de texto completo na internet. A utilização de práticas pedagógicas na execução de medidas socioeducativas pode contribuir com a transformação social dos adolescentes em conflito com a lei. Os ASS podem utilizar metodologias educacionais para favorecer a criação de vínculos e ambientes acolhedores para facilitar a convivência com os adolescentes infratores.

Costa (2019) discorreu sobre as medidas socioeducativas aplicadas no Centro de Atendimento Socioeducativo – CASE, de Palmas - TO, visando a ressocialização dos adolescentes infratores em regime de internação Pesquisa Bibliográfica Ao analisar o CASE de Palmas - TO, se identificou as medidas socioeducativas aplicadas, além do perfil do interno e a estrutura física e humana da unidade. Percebeu-se que a maioria dos adolescentes infratores estão inseridos em lares carentes e conflituosos, dificultando a concretização da ressocialização. Desse modo, persiste a necessidade de estender, efetivamente, o sistema socioeducativo aos seus familiares, a fim de envolver todo aquele núcleo familiar na ressocialização integral e definitiva do adolescente egresso, com o escopo de prevenção à reincidência.

A partir das pesquisas encontradas e citadas acima foi possível verificar que existem lacunas

em relação ao tema da Educação Social no Estado do Tocantins, também no município de Gurupi - TO, e em especial, ao tema do socioeducativo. Verifica-se a necessidade de parcerias entre as instituições de ensino superior e os locais voltados a essa realidade social e a educação não formal. Além da falta de pesquisas sobre o tema, verifica-se a não oferta de projetos educativos sociais (extensão e extensão curricularizada) para instituições voltadas a esse grupo com vulnerabilidade social.

Ademais, refletir tudo isso a luz das contribuições intelectuais de Paulo Freire é uma condição oportuna para se pensar em uma Educação Social crítica e emancipatória. Já que o educador enfatiza a importância de uma educação que não apenas reconheça, mas também desafie as desigualdades sociais, indo além dos limites impostos pela estrutura vigente. Ao adotar uma perspectiva centrada no sujeito, que reconhece sua dignidade e autonomia, a educação inspirada por ele visa não apenas à transmissão de conhecimentos, mas também ao desenvolvimento de habilidades críticas e emancipatórias. Ela busca empoderar os educandos, capacitando-os a questionar as injustiças existentes e a se engajarem na luta por um mundo mais humano e igualitário.

A Unidade Semiliberdade em Gurupi em contexto

De acordo com o PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO – PPP/ 2022 Unidade de Semiliberdade da Região Sul – USL/SUL, a Unidade de Semiliberdade de Gurupi/TO foi criada em julho de 2007 e teve como primeiro coordenador o Coronel Luzimar Costa de Oliveira. Inicialmente a presente Unidade se localizava na Avenida Ceará, nº 4638 – Setor Casego – Gurupi/TO. A princípio, a USL-SUL era destinada a adolescente do sexo feminino e masculino, contudo, posteriormente ficou destinada apenas para o sexo masculino (SIC).

A Unidade de Semiliberdade de Gurupi, possui uma capacidade máxima de 20 (vinte) vagas para adolescentes de 12 a 18 anos, excepcionalmente até os 21 anos. Para tanto, a USL dispõe de uma estrutura físico-espacial condizente com os parâmetros do SINASE qual seja: sem identificação institucional, situada num bairro residencial, próximo aos recursos da comunidade, como: Unidade Básica de Saúde (UBS), Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Hospital Público, escolas municipais e estaduais, instituições que ofertam cursos profissionalizantes, órgãos responsáveis pela emissão de documentações pessoais, Correios, Junta Militar e SINE.

O imóvel possui condições de habitabilidade, higiene, iluminação, circulação e segurança para acomodação dos adolescentes e servidores. Além de ser munida de recursos diversos, necessários e básicos para a realização dos atendimentos, conta ainda com uma equipe de servidores qualificados para atuar neste ambiente, que atende adolescentes. As instalações estão divididas em duas partes, a saber: na primeira parte as dependências da Unidade são compostas por uma sala de convívio social; quatro quartos suítes; uma sala de monitoria; um banheiro social para os servidores; uma varanda; cozinha; a segunda parte está composta por três banheiros destinados aos servidores e visitantes, espaço de lavanderia, sala administrativa, uma sala de atendimento multiprofissional, um depósito para materiais diversos, uma sala para futura instalação de equipamentos multimídia, uma sala de arquivo. Há também uma área livre coberta usada para as refeições, atividades recreativas, reuniões e celebrações.

O perfil dos alunos é variável e existe um rodízio grande de entrada e saída dos adolescentes, mas em 2023 teve uma média de cinco (5) adolescentes entre 17 a 18 anos, na sua maioria desempregado e cursando ensino fundamental, na modalidade de educação para jovens e adultos - EJA. A Unidade de Semiliberdade conta atualmente com vinte e sete servidores, desse quantitativo dez são do gênero feminino. Em relação as idades dos servidores está entre 27 a 48 anos. No que tange a escolaridade/formação a maior parte possuem nível superior totalizando quatorze, quatro com especialização, os demais estão no nível médio e técnico, sendo que apenas uma possui o fundamental incompleto.

A missão é promover a reintegração social do adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa de Semiliberdade, estimulando a sua autonomia, gerando através da construção do Plano Individual de Atendimento (PIA) reflexões que favoreçam o desenvolvimento biopsicossocial para além do processo socioeducativo. Possibilitando, por meio de ações, o acesso a oportunidades articuladas com outras instituições públicas, privadas e a sociedade civil organizada, em

conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que os permita superar essa condição de vulnerabilidade, tendo como eixos a proteção integral, a garantia de direitos, o exercício da cidadania e a brevidade da medida.

A jornada pedagógica da Unidade de Semiliberdade é constituída por três períodos: 1. Matutino: despertar; higiene pessoal; café da manhã; encaminhamento para atividades internas e/ou externas no período matutino (escolas, trabalhos, oficinas, cursos, emissão de documentos, consultas médicas e/ou odontológicas, entre outras); higienização e organização dos quartos e das demais dependências; lavagem da roupa pessoal; lanche matutino; atendimentos multiprofissionais; devocional; almoço. 2. Vespertino: higiene pessoal; encaminhamento para atividades internas e/ou externas no período vespertino (escolas, trabalhos, oficinas, cursos, emissão de documentos, consultas médicas e/ou odontológicas, entre outras); lanche da tarde; atendimentos multiprofissionais; devocional; jantar; 3. Noturno: encaminhamento para atividades internas e/ou externas no período noturno (escolas, atendimento médico de emergência, entre outras); Lanche noturno; recolhimento.

A fase inicial do atendimento baseia-se no primeiro contato do adolescente com a dinâmica institucional e familiarização com o espaço que cumprirá a medida socioeducativa de Semiliberdade. O processo de acolhimento é compreendido inicialmente pela recepção do adolescente pela equipe de agentes de segurança socioeducativos, na sequência pelos agentes especialistas socioeducativos, equipe administrativa e coordenação. Os agentes de segurança socioeducativos transmitem as informações básicas iniciais sobre as normas e rotinas da Unidade. Posteriormente, nos atendimentos técnicos especializados, estes são orientados quanto a dinâmica da participação nas atividades institucionais, respondem questionários multiprofissionais que subsidiem as intervenções, encaminhamentos e a construção do Plano Individual de Atendimento. Em concomitância, realizam contatos telefônicos com seus familiares. São orientados pelo corpo técnico, administrativo e coordenação sobre informações relacionadas à medida, e dada oportunidade para esclarecimento de possíveis dúvidas durante todo esse processo.

Existe a fase intermediária onde durante o processo de cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade é dada continuidade aos direcionamentos que comporão as premissas para a construção do Plano Individual de Atendimento, e aos trabalhos da equipe laborativa institucional. Estas ações dizem respeito a gama de atividades a serem executadas pelos servidores da Unidade, desde o momento do despertar até o encerramento no horário previsto para recolhimento dos adolescentes. Os adolescentes participarão de atendimentos individualizados, grupais, assim como seus responsáveis, seguindo as metodologias de trabalho dos profissionais que os acompanham. Ademais, poderão ser inseridos em instituições intersetoriais, para ações conjuntas, analisadas as particularidades de cada adolescente.

Foram observadas questões que englobam os aspectos individuais, familiares, sociais, pedagógicos, psicológicos e de saúde, com intuito de minimizar problemáticas dentro destes contextos que facilitem a dinâmica do trabalho socioeducativo, tais como: retiradas dos documentos; inserção na escola; inserção em cursos profissionalizantes (de acordo com o perfil e disponibilidade das instituições parceiras); inserção no mercado de trabalho assegurando a personalidade e habilidades (segundo a demanda apresentada de ofertas laborais); encaminhamento às redes de atendimentos especializados, de apoio, de assistência social e/ou de saúde, conforme as necessidades identificadas para cada caso.

No íterim do andamento do processo socioeducativo os pais e/ou responsáveis são convidados a envolverem-se de forma efetiva nas atividades propostas pela equipe de servidores da USL, participar de reuniões, eventos comemorativos, eventos informativos, cursos, palestras, atendimentos técnicos direcionados. Aos finais de semana os adolescentes ficam sob os cuidados da família, contribuindo assim com o fortalecimento dos vínculos afetivos através da convivência familiar e comunitária. Durante todo o período do cumprimento da medida a equipe de trabalho desempenhará acompanhamentos, realizará observações, pesquisas de satisfação e registros documentais, visando a análise do progresso comportamental do adolescente para posteriormente dar início a confecção de relatórios para progressão de medida.

Na etapa conclusiva, considerando todas as intervenções realizadas, os estudos

sobre a evolução positiva dos comportamentos, a participação nas atividades propostas e o comprometimento com o cumprimento das normas institucionais, bem como a análise do contexto atual, será elaborado um relatório multidisciplinar avaliativo. Esse relatório servirá de subsídio para as decisões judiciais, visando à progressão ou à extinção da medida socioeducativa na Unidade de Semiliberdade. Nos casos em que o adolescente não apresentar uma resposta positiva às atividades desenvolvidas, serão consideradas as particularidades de cada situação, a fim de repensar novas estratégias que possam contribuir para a eficácia do processo socioeducativo.

No diagnóstico polidimensional, a socioeducação decorre do pressuposto básico de que o desenvolvimento humano deve se dar de forma integral, contemplando todas as dimensões do ser. É a partir desta premissa que se desenvolve o diagnóstico, instrumento construído pelos técnicos das respectivas categorias profissionais, que subsidia a construção do Plano Individual de Atendimento – PIA.

O estudo de caso é feito pela equipe multiprofissional e consiste em coletar dados e informações, analisar e encaminhar ações para o atendimento do adolescente. Tudo deve ser registrado no prontuário do adolescente. O estudo de caso deve ser obrigatoriamente realizado: no início do cumprimento da medida do adolescente, para elaboração de relatório e encaminhamentos, para construção do PIA, para a realização de transferências e para realização de atividades que contemplem a socioeducação. A partir de então se dá início a construção do Plano Individual de Atendimento – PIA, com participação dos servidores que compõe a equipe de trabalho, a família e o adolescente. A elaboração do Plano Individual de Atendimento - PIA, é uma exigência do SINASE (Lei 12.594/2012), art. 54 do capítulo IV. É um instrumento pedagógico fundamental para garantir a equidade no processo socioeducativo, pois se caracteriza como um plano de trabalho que dá instrumentalidade para o desenvolvimento pessoal e social do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, respeitando a visão global e plena do ser humano e da educação.

O PIA contempla situação e desempenho escolar, condição de saúde, necessidade de tratamento especializado, interesses culturais, vínculo ou não à religião, práticas e aptidões esportivas, composição e dinâmica familiar, referências familiares, sociais e afetivas do adolescente, referências comunitárias e institucionais (técnicos de outras instituições pelas quais tenha passado anteriormente), documentação existente e necessária, situação processual e providências necessárias.

O desenvolvimento do PIA requer que a equipe continue um trabalho de integração das informações e observações sobre o encaminhamento do processo socioeducativo do adolescente. Este acompanhamento consiste em: Observar e documentar os avanços e retrocessos, facilidades e dificuldades, sucessos e insucessos apresentados pelo adolescente, face ao previsto no PIA; Estimular, facilitar e apoiar o adolescente em suas atividades; Indicar e fomentar ações voltadas ao aprimoramento do atendimento prestado; Facilitar e incentivar a comunicação entre as partes envolvidas no processo educacional, Articular as ações desenvolvidas nas diferentes atividades na Unidade em função do previsto no PIA dos adolescentes.

A preparação para o desligamento e acompanhamento ao egresso caberá à equipe de agentes especialistas socioeducativos orientarem o adolescente, a família e a equipe dos Centros de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS, por meio dos estudos de caso, relatórios técnicos indicando-se as necessidades de atendimento em diversas áreas para continuidade do trabalho desenvolvido quando o adolescente receber a progressão da medida.

As equipes de servidores multiprofissionais, da Unidade de Semiliberdade, de Gurupi dispõem de instrumentais próprios para registros dos atendimentos e atividades realizadas tais como: fichas de atendimentos técnicos, relatórios de acompanhamentos manuscritos, controle de atendimentos individuais, grupais e da família, relatório mensais de atividades realizadas, avaliações e monitoramento de atividades previstas e dos adolescentes, bem como relatórios conforme solicitações internas ou externas de acordo com as demandas apresentadas.

Observa-se que as propostas contidas no Projeto Político Pedagógico (PPP) são pertinentes e desempenham um papel significativo na ressocialização dos adolescentes. Ao iniciar as atividades de extensão curricularizada, foi buscado o conhecimento e a fundamentação no PPP, pois é essencial compreender a identidade da instituição para que o planejamento esteja alinhado com a realidade e os objetivos a serem alcançados.

Extensão curricularizada: Projeto Cidadania

A proposta das atividades teve início com a realização de sensibilizações junto aos acadêmicos das licenciaturas, em duas etapas distintas. Na primeira etapa, as abordagens ocorreram em sala de aula, onde foram fornecidas orientações e realizada uma exposição sobre a Extensão Curricularizada e o seu conteúdo a ser estudado para que pudéssemos estabelecer as habilidades e competências necessárias para o desenvolvimento das práticas extensionistas. A segunda etapa ocorreu no ambiente do Socioeducativo em Gurupi, em conjunto com a equipe multidisciplinar. Nessa ocasião, o planejamento foi compartilhado e analisado para realizar os ajustes necessários.

As disciplinas de Filosofia da Educação e Sociologia da Educação foram responsáveis por trabalhar temáticas que permitissem uma discussão dos fundamentos e finalidades do projeto de Extensão Curricularizada. Desse modo, foram trabalhadas, de forma ampla, as seguintes temáticas no início do semestre: Direitos Humanos, Cidadania, Liberdade e Educação, que permitiram aos acadêmicos refletir *a priori* e *a posteriori* sobre os objetivos específicos gerais e específicos do Projeto Cidadania.

Metodologicamente orientados pela perspectiva de uma Libertadora (Freire, (2001a; 2001b; 1999; 1978) e práticas de educação estética (Oliveira, 2019), as temáticas foram trabalhadas de modo contextualizado em relação as realidades múltiplas realidades sociais e por meio de linguagens artísticas que pudessem transcender a dimensão racional dos conteúdos.

A situação histórica atual justifica a preocupação com a estética e adverte para a sua importância, já que a arte possibilita a negação do princípio de desempenho ao qual os indivíduos foram reduzidos e marginalizados, chegando a ser uma recusa da realidade reificada das relações sociais estabelecidas, configurando-se assim como uma força de resistência. A arte combate esse mundo fazendo falar, cantar e talvez dançar o mundo petrificado. Assim, essas noções fornecem subsídio para se pensar em uma concepção de educação estética como parte da proposta formativa de uma pedagogia libertadora, pois objetiva a emancipação dos indivíduos (Oliveira, 2019).

Assim que as relações começaram a se estabelecer, o primeiro contato com os adolescentes do socioeducativo consistiu na apresentação do Campus I da UnirG e nas informações sobre como ocorreriam as atividades na universidade. Esse era um desejo latente neles, conhecer esse espaço novo e que os parecia inacessível. Durante esse primeiro encontro, foi realizado o cadastro de *e-mails* para os socioeducandos, além da abertura de uma conta na Plataforma Digital Eskada, da Universidade Estadual do Maranhão, que proporciona oportunidades de capacitação para o mercado de trabalho através do aprendizado de novas habilidades. Essas atividades ocorreram no Laboratório de Tecnologia Assistiva da UnirG (LABTAU). Parte superior do formulário

O curso na plataforma foi realizado e foi escolhido pelos próprios internos. No dia, os acadêmicos monitores foram designados em duplas para fornecer o suporte necessário durante o processo. Eles conduziram os primeiros módulos e receberam instruções para continuar o acompanhamento em suas casas, uma vez que retornam aos seus lares nos finais de semana, onde têm acesso à internet e a computadores. Os internos prosseguiram com os cursos digitais selecionados e conseguiram concluí-los com sucesso, recebendo suas certificações. Momento de grande realização para as partes envolvidas.

Nos encontros em sala de aula, foi proposto a leitura de um cordel que tratava da questão da cidadania e partir disso surgiu a ideia de se produzir um “cordel coletivo” em sala naquele momento, para isso cada pessoa deveria elaborar uma estrofe autoral que expressasse o seu entendimento sobre: o que é ser cidadão?

Surgiu, nesse contexto, o “Cordel da Gente” que explora diversos contornos da questão da cidadania. Os adolescentes do socioeducativo ajudaram e também foram ajudados ao longo dos processos com ideias, rimas, temas, escrita etc. Segue abaixo o resultado que também teve a sua versão gravada com as devidas precauções para os socioeducandos.

CORDEL DA GENTE

falar em cidadania é sempre um desafio
todos querem cobrar a cidadania do outro, mas a sua própria está por um fio
falta educação, saúde e moradia
mas nossos direitos e deveres não devem se tornar uma luta tardia

ser cidadão é ter direito
trabalhar e fazer bem feito
mas sem educação e saúde de qualidade
falta a tal responsabilidade

ser cidadão é respeitar
viver em coletividade, é ajudar e colaborar
essa é a vida do cidadão
assim se luta pela evolução

cidadania diz ter direito igual para todos
mas será que você está disposto?
cidadania diz ter liberdade de expressão
mas será que te aprovarão?
cidadania diz ter igualdade
mas não se trata de uma sabotagem?

você tem direito a votação
e deve ir em busca de informação
assim trabalhar a sua opinião
que está em construção

proteger o meio ambiente é um dever da gente
reciclar e reutilizar para o nosso planeta preservar
tratar nosso meio com carinho é o melhor caminho

ser cidadão é ter direito à moradia
para não sentir a dor da noite fria
assistir os desamparados e não vê-los abandonados
temos necessidade de segurança
isso sim é o sonho de toda criança

mas não se esqueçam que temos o direito ao lazer
que também servem para nos fazer aprender
a todos tratar com humanidade
sempre lutando pela igualdade

cumprir as leis é obrigação de toda população
pois aqui neste mundo
viemos na obrigação
de se doar para a nação

vamos todos juntos nessa
trabalhar pelas mudanças
nosso país pode ser melhor
cidadania é uma criança

No cotidiano dos adolescentes, ao buscar uma relação dialógica e interativa entre educadores e educandos, conforme propõe Paulo Freire (2001), cria-se espaço para a problematização e estimula-se uma ação cultural e reflexiva da realidade. Essa abordagem desperta a criatividade e possibilita não apenas a compreensão da realidade, mas também a compreensão de si mesmo. Nessa perspectiva, a educação é vista como um ato de conhecer. As pessoas carregam consigo determinados conhecimentos que surgem da prática e da reflexão, por isso que práticas educativas que promovem o despertar da consciência para a própria condição, ou para a condição do mundo ao redor, criam as condições para que os sujeitos reflitam sobre sua própria realidade e possam ressignificá-la.

A atividade proposta, além de explorar de forma artística uma importante temática, pôde fomentar competências e habilidades artísticas que são fundamentais para uma formação humana integral. De forma complementar a temática da Cidadania, falou-se sobre a Liberdade e Direitos Humanos, afinal são condições necessárias à Cidadania. Para isso, outros recursos artísticos foram explorados como forma de ampliar o leque de possibilidades dentro do processo de ensino e aprendizagem. O audiovisual foi trabalhado a partir de imagens que pudessem pensar e ilustrar os conteúdos, uma exploração do imaginário acerca desses temas. Esse estudo da imagem foi solicitado para que os envolvidos no projeto de extensão curricularizada produzissem materiais diversos que ilustrassem imagetivamente os conceitos de Direitos Humanos, Liberdade e Educação.

Ao término das atividades foi produzido um vídeo documental para todo o processo, sendo essa uma linguagem formativa valiosa e que também permeia outros universos como o mercado de trabalho, tendo em vista que todos as atividades procuravam, de alguma forma, trabalhar novas habilidades e competências que não se limitasse unicamente as dimensões do ambiente acadêmico. O envolvimento dos acadêmicos foi muito importante em todas as etapas e os jovens socioeducandos relatam que as atividades foram muito interessantes e que puderam pensar as coisas de forma diferente, além de aprender algumas habilidades artísticas que muito acrescentou em suas vidas.

Em disciplinas como Didática, foram explorados temas relacionados à Identidade, com o intuito de promover reflexões sobre como podemos ser os super-heróis de nós mesmos. O objetivo era reconhecer tanto a si mesmo quanto aos outros como indivíduos com identidades distintas, buscando exercitar o respeito às diferenças em uma sociedade diversa. Uma das atividades realizadas teve como foco vivenciar uma noite de cinema, utilizando filmes como estímulo para o pensamento crítico, o desenvolvimento de habilidades sociais e o acesso ao entretenimento. Durante o evento, os participantes puderam desfrutar de cinema com pipoca, assistindo a um filme de super-heróis que refletia sobre o nosso papel na construção de nossa identidade social e cultural. Além disso, ao final da atividade, os adolescentes receberam livros infantojuvenis para leitura. Após a exibição do filme e as discussões que se seguiram, os participantes foram incentivados a expressar suas reflexões e experiências através da criação de poemas. Esses poemas foram construídos a partir dos relatos e reflexões críticas e motivadoras geradas durante a atividade.

Sempre me achei tão comum, talentos pensava não ter
Sonhos eu não tinha nenhum, o meu valor eu não conseguia ver
Eu queria ser um super-herói e ter poderes para me transformar
Nos heróis a ferida não dói
E na tristeza eles podem voar
Eles podem voar, mas eu não sei voar
Meditei nas palavras que ouvi, de alguém que falava da fé
O plano de Deus conheci, descobri o que de mim ele quer
E o céu alcançar
Voar é aprender a amar

E as discussões foram refletidas com as seguintes questões colocadas pelos acadêmicos das licenciaturas: *“Sempre que falamos em super-herói, a maioria das pessoas volta seus pensamentos para as personagens da televisão. Aquelas cujos poderes são: caminhar em paredes, visão a laser, corpo elástico, entre outros. Hoje vejo que qualquer um pode ser “super-herói”. Isso porque eu penso*

que ser um “super-herói” vai muito além do que está à frente dos nossos olhos. E sabe por quê? Muitas pessoas, mesmo passando por momentos de muita dificuldade em suas vidas, mostram carregar uma imensa força dentro de si. Conseguem lidar com as dificuldades impostas pela vida, sejam elas quais forem, com uma garra, uma possibilidade que chega a parecer absurda. Para mim, isso sim é característica de herói. Penso que cada um tem um pouco de herói dentro de si, cada um sabe de suas lutas diárias. Somos heróis quando conseguimos enfrentar nossos medos, ultrapassar nossos limites, surpreender a nós mesmos. É muito melhor acreditar nos heróis da vida real. Cada um de nós tem um poder especial, algo que nos difere dos demais, algo transformador, que consegue contagiar as pessoas em nossa volta. Essas pessoas se destacam. Carregam uma esperança que as torna capazes de acreditar sempre no melhor, e enfrentar qualquer dificuldade. Isto é amor, que é um dom; e quem o possui é extremamente poderoso. Esse é herói de verdade. Carreguem o amor por onde for....sejam heróis... heróis da resistência, da força e da coragem de se transformar sempre.... sejamos heróis para um mundo melhor...o meu, o seu e o nosso mundo! Façamos a diferença nesse mundo! Sejamos a diferença de um super-herói. Educação é o caminho! Educar é transformar”!

O reconhecimento de si na ótica Freiriana conversa com liberdade e consciência, onde, segundo o autor, o sujeito aprende e percebe a própria capacidade de realização, de projetar um futuro melhor, de se reconhecer como detentor do saber, que sonha e conjectura com o amanhã, porque a confiar em si corrobora para que a haja o rompimento com as relações de exploração e de negação de si mesmo. É quando o oprimido toma a palavra, um aprendizado difícil, mas imprescindível, é o que o possibilita sonhar (FREIRE, 1978). E sonhar, para Freire, é um ato político, ético e estético.

Na perspectiva freiriana, a vida é entendida como um fenômeno social, e a educação é vista como uma atividade intrinsecamente humana que deve estar centrada na vida e na sociedade. A educação deve abordar questões cotidianas de forma prática, reflexiva e criativa, baseada em contextos e significados reais - a realidade concreta - que sejam significativos para o sujeito que está envolvido na ação educativa. Nesse processo, a educação tem como objetivo capacitar o sujeito a desenvolver sua capacidade criativa, impulsionando-o a investigar, agir de forma consciente, apropriar-se e decodificar a realidade, a fim de criar novas possibilidades. O sujeito, então, se torna um agente ativo na construção de conhecimento e na transformação de sua realidade. Ele se reveste da cultura do conhecimento, que está em constante processo de construção e reconstrução, utilizando diferentes formas e modos de atribuir significado à vida. Essa abordagem pedagógica de Paulo Freire enfatiza a importância da práxis - a integração entre teoria e prática - e da conscientização, capacitando os indivíduos a se tornarem críticos, reflexivos e engajados na transformação de sua realidade social e cultural.

Aprender a conhecer em Paulo Freire ultrapassa a educação e pedagogia e avança para outras áreas do conhecimento e da vida, o aprender a fazer articula consciência e ação, intervindo de forma crítica no mundo concreto /real, e aprender a conviver remete ao aprender a identidade terrena, com responsabilidade pessoal, com diálogo, parceria e união, assim como o reconhecimento da importância da existência do outro, numa relação de pertencimento social, coletiva e comunitária. (FREIRE, 1999).

Esse entendimento se reflete nos valores estabelecidos pela UnirG enquanto instituição de ensino superior na oferta da graduação e pós graduação nas modalidades presencial e EaD quando define Excelência, Ética, Transparência, Inovação e Responsabilidade Social e Ambiental como valores fundamentados nos quatro pilares da educação ao longo da vida: aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a conviver e aprender a fazer (DELORS, 1999) e que se relacionam com os eixos temáticos como senso de pertinência, tecnologia, empreendedorismo e metodologias ativas, responsabilidade social e ambiental, que norteiam as políticas da instituição. O senso de pertinência reflete a essência comunitária da Instituição e é materializado por meio da interlocução profunda com a sociedade e seus atores institucionais, no sentido de contribuir ativamente para o desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental da comunidade e da região onde está inserida.

Outra iniciativa realizada com os adolescentes socioeducandos foi um dia dedicado ao esporte e lazer, com uma visita ao “Tô na Areia”, uma arena onde se pratica o esporte Beach

Tennis. Os estudantes do curso de Educação Física foram responsáveis pelo planejamento e pela condução da atividade. É importante ressaltar a relevância do esporte e do lazer na sociedade contemporânea, conforme garantido pelo Art. 6º e Art. 217º da Constituição Federal de 1988. Esses direitos são assegurados a todos os cidadãos, inclusive aos adolescentes em conflito com a lei que estão cumprindo medidas socioeducativas. A participação nessas atividades não é retirada do adolescente, mesmo durante o cumprimento de sua medida socioeducativa. Parte superior do formulário

Foi observado que nenhum dos adolescentes conseguiu identificar aspectos formativos do lazer como relevantes em suas vidas. Ficou evidente a predominância dos esportes coletivos tradicionais, como o futebol, oferecidos nas escolas formais em que os adolescentes estão matriculados, enquanto dentro do ambiente socioeducativo não há espaço para essas atividades. Além disso, outros passatempos apontados pelos adolescentes como formas de lazer incluem participar das aulas de Educação Física na escola e assistir televisão. Em algumas ocasiões, eles também vão ao Sesi para participar de atividades esportivas em parceria. Contudo, é importante destacar que vários estudos sinalizam para a escassez de oportunidades em toda trajetória desses sujeitos, antes mesmo de adentrarem a medida socioeducativa (SILVA et al., 2008; CARNEIRO et al., 2016; NOGUEIRA, 2016; TIELLET et al., 2017), os quais não têm acesso a essas práticas em suas comunidades e, quando as têm, são restritas as aulas de Educação Física escolar.

Compreende-se que essa condição exige uma educação que transforme as carências em oportunidades de libertação social, garantindo os direitos e restaurando a dignidade dos adolescentes envolvidos no processo. Há uma necessidade premente de uma prática educativa que assume o compromisso com esses jovens, cujos direitos são negados ou frequentemente relegados a segundo plano, oprimindo-os em uma vida subordinada e mecanizada, carente de oportunidades e valorização de sua existência. A escola, assim como a universidade, não pode permanecer em silêncio diante da vida e da existência desses jovens, como se eles não fizessem parte de nossa sociedade (FREIRE, 1999).

Na disciplina de Libras foi trabalhada a questão da inclusão social e o respeito às diferenças. Apresentando aos adolescentes sobre a Lei - Lei nº. 10.436/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências, Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Durante o encontro, foi destacada a importância da aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para estabelecer contato efetivo com pessoas surdas. Foram utilizados os seguintes vídeos como recursos educativos: “Sou surdo e não mudo” - Vídeo de Léo Castilho. “Alfabeto em Libras” - Vídeo demonstrando o alfabeto em Libras. “Sinais de cumprimentos em Libras” - Vídeo apresentando sinais de cumprimentos em Libras. “Jogos pedagógicos em Libras” - Vídeos de jogos pedagógicos desenvolvidos em Libras para facilitar a compreensão. Esses recursos visaram promover a compreensão da língua de sinais e facilitar a comunicação e interação com pessoas surdas, que por sua vez também enfrentam preconceitos na sociedade, proporcionando assim, uma experiência educativa mais inclusiva.

O tema da inclusão social é fundamental na construção de uma sociedade justa e igualitária. Ele envolve o estabelecimento de regras que promovem a igualdade entre todos os grupos sociais, garantindo seus direitos à educação, saúde, trabalho e outros recursos necessários para suprir suas necessidades. Através da educação e da sensibilização para questões como a comunicação em Libras, é possível promover uma maior inclusão e respeito à diversidade, contribuindo para uma sociedade mais acolhedora e acessível para todos.

Parte superior do formulário

As atividades desenvolvidas com os adolescentes buscam desenvolver o autoconhecimento de quem são e podem ser, como se relacionar com o outro, quais habilidades possuem para terem sucesso no mercado de trabalho e como seus atos refletem na sociedade.

Foi planejada e realizada uma palestra com o tema Empreendedorismo em parceria com o

SEBRAE, além disso, os adolescentes participaram de um curso de cabeleireiro com certificação. O objetivo dessas atividades foi fomentar o empreendedorismo através da capacitação, proporcionando oportunidades de ressocialização aos jovens e estimulando-os a refletir sobre suas ideias e como montar ou aprimorar seu próprio negócio.

Todas as atividades incluíram experiências significativas para os agentes envolvidos no projeto. Cada uma dessas atividades proporcionou aos adolescentes oportunidades únicas de expressão, aprendizado e interação, promovendo não apenas o desenvolvimento de habilidades específicas, mas também estimulando a criatividade, o pensamento crítico e o trabalho em equipe. Essas experiências artísticas e culturais contribuem significativamente para o processo de ressocialização dos jovens, expandindo seus horizontes e enriquecendo suas vidas com novas perspectivas e possibilidades.

Cabe ressaltar, por fim, que as ações cumprem com os objetivos para a educação brasileira como o desenvolvimento integral do educando, preparação para o exercício da cidadania, qualificação para o trabalho, promoção do desenvolvimento econômico e social, fortalecimento da democracia e da justiça social, entre outros. Esses são exemplos de objetivos estabelecidos pela LDB, que buscam orientar as políticas educacionais no Brasil, visando à promoção de uma educação de qualidade, inclusiva e voltada para o pleno desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade como um todo.

Considerações parciais

Percebe-se a relevância do projeto Cidadania tanto para os adolescentes do sistema socioeducativo quanto para os alunos das licenciaturas, evidenciando uma perspectiva de responsabilidade social para ambos os grupos, que se tornam protagonistas do próprio processo de ensino e aprendizagem. Essa experiência é valiosa em termos formativos, oferecendo aos socioeducandos e aos acadêmicos das licenciaturas a oportunidade de vivenciar, tanto teoricamente quanto na prática a educação em diversos contextos sociais.

Ao adotar uma abordagem freiriana na reflexão sobre as medidas socioeducativas, reconhecemos a importância de uma pedagogia que dialogue com a realidade dos socioeducandos, possibilitando uma leitura crítica dessa realidade e a compreensão dos sentidos e significados da opressão que os aprisiona. Projetos e metodologias como essas permitem a inserção na realidade local, compreendendo as histórias, vivências, ausências e possibilidades de cada indivíduo, mas também promove uma alfabetização crítica do mundo e uma ação transformadora sobre ele. Ao retomar os objetivos deste estudo, evidenciamos avanços significativos no conhecimento da área, especialmente no que diz respeito à compreensão das implicações práticas dos resultados para o campo de estudo.

A experiência relatada contribuiu não apenas para a formação acadêmica e profissional de todos os envolvidos no projeto, mas também para o desenvolvimento local, destacando a importância de práticas educacionais baseadas nos princípios de Paulo Freire. Sugerimos, como direção para novas pesquisas na área, a investigação mais aprofundada dos impactos das medidas socioeducativas baseadas em uma abordagem freiriana, bem como a busca por medidas adicionais que possam auxiliar na solução dos problemas enfrentados por esses jovens em conflito com a lei.

Destaca-se a importância de reconhecer as vulnerabilidades e desigualdades sociais enfrentadas por esses adolescentes, para que o Estado possa combatê-las de forma efetiva, especialmente no que diz respeito às dificuldades relacionadas à socioeducação. Acredita-se que as medidas socioeducativas têm o propósito de afastar os adolescentes da criminalidade, e para alcançar esse objetivo, é fundamental que essas medidas sejam pautadas exclusivamente na proteção integral dos jovens.

Apesar de as medidas socioeducativas possuírem um caráter punitivo, acredita-se que sua execução deve ser realizada por meio de abordagens pedagógicas, visando principalmente a reeducação dos adolescentes e sua reintegração à sociedade. Um exemplo disso é a medida de advertência, que utiliza o diálogo como ferramenta de conscientização para a mudança de comportamento do adolescente.

Essas medidas devem ser consideradas como resposta a atos infracionais, e embora não

sejam estritamente punitivas, é essencial que seu caráter pedagógico ressocializador seja priorizado. Uma alternativa interessante para alcançar os objetivos de reeducação social dos adolescentes em cumprimento de medidas privativas de liberdade é estabelecer parcerias, como a proposta entre a UnirG e o sistema socioeducativo, que pode contribuir para ressignificar o processo de reinserção dos adolescentes na sociedade, promovendo uma educação mais inclusiva e humanizada.

Pensar nas medidas socioeducativas a partir da perspectiva freiriana é reconhecer a existência de uma pedagogia capaz de dialogar com a realidade dos socioeducandos, permitindo a construção de uma leitura crítica dessa realidade e a compreensão dos sentidos e significados da opressão que os aprisiona. Isso envolve uma metodologia que possibilita a inserção na realidade local, compreendendo as histórias, vivências, ausências e possibilidades de cada indivíduo, promovendo uma formação crítica do mundo e uma ação transformadora sobre ele.

Referências

ARAÚJO, Josenice Ferreira dos Santos. Política de educação e a educação na prisão: a realidade do estado do Tocantins. Brasília, 2020. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_7e5966b3ffb03c2134687b093989a741. Acesso em 01 de setembro 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acesso em: 14 nov. 2022.

COSTA, Ludiana. A aplicabilidade das medidas socioeducativas na ressocialização dos adolescentes infratores internos no centro de atendimento socioeducativo de Palmas/TO. Palmas, 2019. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/515810/>. Acesso em 29 de agosto de 2023.

DELLORS, Jacques e outros. **Educação: um tesouro a descobrir** – 5 eds. – São Paulo: Cortez: Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2001.

FARIA, Marcus Vinicius Marques. Sistema Socioeducativo: o papel do agente de segurança e os aspectos pedagógicos das medidas socioeducativas. Gurupi, 2019. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/515810/>. Acesso em 30 de agosto de 2023.

FREIRE, Paulo. **Conscientização - teoria e prática de libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3 ed. São Paulo, Centauro, 2001a.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**: Ensaio. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001b.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários para prática educativa. 11ed. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 5ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra.1978.

GADOTTI, M. **Educação popular, educação social, educação comunitária**: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. Revista Diálogos, Cuiabá, v. 18, n. 1, p. 10-32, 2012. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/3909/2386>. Acesso em: 13 maio 2020.

NETO, Gabriel Alves da Costa. A proteção integral no cumprimento da medida socioeducativa de internação no Estado do Tocantins. Palmas - TO, 2023. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/direito/article/view/15275>. Acesso em: 02 de setembro, 2023.

OLIVEIRA, Rafael Silva. Educação Estética em Marcuse: avaliação em Filosofia para além do textual. Palmas – TO, 2019. 167f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Câmpus universitário de Palmas – Curso de Pós-Graduação (Mestrado) Profissional em Filosofia, 2019.

PASSONE, E. F. K. **Educação social**: quando o passado é desafio presente na formação docente. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 47, n. 164, p. 688-714, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742017000200014. Acesso em: 13 maio 2020.

PINHEIRO, Jamilla Marques de Brito. A família, o adolescente e a efetividade entre o direito e o dever na medida socioeducativa de privação de liberdade. Miracema, 2021. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2936>. Acesso em: 03 de setembro de 2023.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL UNIRG- PDI. 2019-2023.

SILVA, F. S. et al. **Futebol Libertário**: compromisso social na medida. Psicologia Ciência e Profissão, Brasília, v. 28, n. 4, p. 832-845, 2008.

SOUZA, R. M. (2009). **Protagonismo Juvenil**: o discurso da juventude sem voz. Revista Brasileira de Adolescência e Conflitualidade, 1(1), 1-28. <http://www.observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wpcontent/uploads/2014/02/Protagonismo-juvenil-o-discurso-da-juventude-sem-voz.pdf>. Acesso em 01 de setembro de 2023.

VIANA, Quinara Resende Pereira da Silva. Capacitar e formar em tempos pandêmicos: uma avaliação participativa das ações socioeducativas em meio aberto do Centro de Referência Especializado de Assistência Social e dos técnicos de referência da Proteção Especial da Comarca de Porto Nacional, Tocantins. Brasília, 2023. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/32212/1/2022_QuinaraResendePereiraDaSilvaViana_tcc.pdf. Acesso em 01 de setembro de 2023.

Recebido em 27 de setembro de 2023.

Aceito em 23 de novembro de 2023.

